

PONTOS EXTREMOS: RUÍNAS INVISÍVEIS NAS FRONTEIRAS DE UM PAÍS

Francisco Foot Hardman
(Instituto de Estudos da Linguagem;
Universidade Estadual de Campinas-Unicamp)

*“Acaso alguna tarde o alguna noche
estuve en el Brasil, porque la frontera
no era otra cosa que una línea trazada por mojones.”*
(Jorge Luis Borges, “El Congreso”, El Libro de Arena)

*“Deixa falar todas as coisas visíveis
deixa falar a aparência
das coisas que vivem no tempo
deixa, suas vozes serão abafadas
A voz imensa que dorme
no mistério sufocará a todas.
Deixa, que tudo só frutificará
na atmosfera sobrenatural da poesia”*

(João Cabral de Melo Neto, 1920-1999, “Poesia”, 1937)

“A história, que cria a autonomia relativa da cultura e as ilusões ideológicas a respeito dessa autonomia, também se expressa como história da cultura. E toda história de vitórias da cultura pode ser compreendida como a história da revelação de sua insuficiência, como uma marcha para sua auto-supressão. A cultura é o lugar da busca da unidade perdida. Nessa busca da unidade, a cultura como esfera separada é obrigada a negar a si própria.”

(Guy DEBORD, *A sociedade do espetáculo*).

Em pleno país do esquecimento, valeria a pena pontuar, a contrapelo, alguns dos modos de produção de ilusões coletivas, que se estabelecendo mediante simbolizações espaço-temporais, têm firmado traços de comunhão imaginária em torno de “fantasias de Brasil”, por via simultânea das linguagens imagética, gestual, histórico-narrativa, musical e arquitetônica, entre outras. Unificações forçadas e unidades interessadas contra as diferenças socioculturais e contra restos e rastros a serem eliminados da memória, ou então, a serem cristalizados como figurações de um passado já suplantado, ficam fora do grande arcabouço de uma coletividade de destinos superpostos justamente os pontos extremos de fronteiras discursivas, geográficas e históricas desses mitos do ser nacional feitos e refeitos para se comungar. Ficam fora os restos a serem deletados pela grande máquina do Estado e seus operadores, entre eles os poderosos instrumentos publicistas e mediáticos da sociedade do espetáculo. Ficam fora os rastros a serem apagados pela “cultura brasileira” assim constituída com a função precípua de tal proceder.

Repassaremos de maneira sumária, a seguir, três modos básicos de produção do efeito de ilusão-Brasil mais freqüentes nas lutas sociais e guerras culturais entre nós, supondo que tal esquema seja também adequado para se debater o mesmo processo em outras regiões da América Latina:

a) **o modo monumental**, isto é, como os discursos e ações estatais, inclusive de seus aparelhos ideológicos, têm produzido símbolos e construções que revelam o poder aparente da civilização técnica dominante em erguer marcos duradouros de uma memória unificada e, na sua extensão e pujança, pretensamente única e permanente;

b) **o modo elegíaco**, isto é, a forte presença de discursos, rituais e atualizações que têm como motivo central o elogio das ruínas, a representação de um passado heróico perdido, o culto fúnebre e tantas vezes mórbido dos povos, grupos ou pessoas vencidos em batalhas assinaladas como históricas, o museu como santuário reservado de restos mitológicos, a arqueologia como ciência da busca de sinais ou simulacros de um espaço-tempo restaurante;

c) **o modo delével**, isto é, as intervenções violentas de indivíduos, grupos e/ou políticas públicas no sentido do silenciamento completo de vozes ou línguas diferentes do monolingüismo do Estado e de seus porta-vozes, da desapareção de qualquer memória ou testemunho das dissensões, incluindo o apagamento de trilhas ou rastros que pudessem conduzir a algum vestígio de extermínios perpetrados, ou o confinamento perpétuo de outras linguagens e culturas nas margens externas da sociedade global nacional, de suas leis de pertinência e de suas cláusulas de inclusão.

Monumentalização da memória, locação e culto das ruínas ou desapareção dos vestígios, eis os modos relevantes de produção da visagem unitária e linear dos mitos de fundação nacional e da naturalização do poder estatal, de suas agências centrais às mais diversificadas ramificações e reiteraões simbólicas. Na história das guerras culturais no Brasil, esses três modos têm-se combinado de muitas maneiras, mas comentaremos, aqui, o que supomos serem linhas de força tendenciais ou eixos demarcados nos seus movimentos históricos e deslocamentos espaço-temporais. Nesse sentido, pode-se verificar que um **eixo monumental** direciona-se normalmente desde a metrópole, capital ou pólo urbano rumo ao sertão, campo ou região mais afastada dos grandes centros

civilizacionais. Já de forma inversa, o **eixo delével** desdobra-se preferencialmente na direção que vai da fronteira produtiva ou político-administrativa mais remota até o grande centro de poder, medido em palavras, imagens e/ou armas, por isso mesmo com real capacidade instalada para impedir que alguma memória incômoda de coisas ou pessoas que se queiram delir possa reaparecer como uma sorte de prova macabra e comprometedora. Entre esses dois movimentos polares, localiza-se o **eixo elegíaco ou ruiniforme**, que produz simbolicamente tanto na direção da viagem rumo ao desconhecido, na linha de rotas batidas e cumpridas à risca, por exemplo, pelos naturalistas viajantes, na contingência de virtuais descobridores de ruínas de paisagens naturais e/ou humanas, quanto, na outra via, nas imagens de uma natureza tentacular e vingativa que teima em converter em despojos os mais intimoratos esforços e missões de civilidade.

Nesse trânsito e intercruzamento modal dos eixos produtores dos efeitos ilusórios da nacionalidade, é oportuno lembrar que os objetos de monumentalização, preservação como relíquias arruinadas ou aniquilação plena podem ser, indistintamente, tanto “naturais” quanto “culturais”, embora os significados pertinentes e as importâncias relativas serão diversos e específicos em cada contexto social configurado, a depender das correlações de forças presentes e dos lugares respectivos de cada personagem ou coisa na cena: a eliminação de um grupo guerrilheiro desencadeará certos efeitos na produção da “integração nacional” diferentes dos produzidos pelo fim de uma nação indígena ou pela extinção de uma antiga floresta, ou mesmo a demolição de um bairro, ou o arrasamento de um morro, ou ainda a inundação de vasta área por uma hidrelétrica, por exemplo. Igualmente, em se tratando de processo de

monumentalização, podem manifestar-se riquezas, paisagens ou logradouros “naturais”, assim como artefatos, obras artísticas ou signos “culturais”. É até mesmo provável que, nesse movimento, entre metamorfoses e ilusões, tais origens se mesclêm, com a conversão da natureza em panorama de artifícios sublimes e da cultura em uma segunda natureza morta.

Com o intuito de tornar essa modulação em algo menos abstrato, tratarei agora de descrever, a partir de um mapeamento histórico-literário dos chamados pontos extremos do território nacional (norte, sul, leste e oeste), em contraponto direto com o centro geodésico e político-administrativo representado aqui por Brasília (na região centro-oeste do país), redes possíveis de cruzamentos de histórias, marcos e vazios. Valer-me-ei de algumas passagens selecionadas no curso de leituras pessoais, bem como de repertórios historiográficos, culturais e literários disponíveis em nosso imaginário.

Ora, o que se pôde observar, desde as fundações românticas da nacionalidade até os modernismos mais eufóricos do século XX -- na arquitetura, na música popular, no cinema e na literatura empenhados em certa expressão super-naturalista da “realidade nacional”, na emergência auto-complacente dos regionalismos, na política econômica nacional-desenvolvimentista ou neo-liberal “modernizadora” e globalizante, no bonapartismo *soi-disant* esquerdizante, mas autoritário-messiânico, etc. --, é que se têm projetado determinadas identificações do que seria a “melhor comunidade nacional imaginada”, sempre na busca, mais ou menos intencional, de uma identidade da nação capaz de unificar desejos, interesses, programas, ou simplesmente amalgamar práticas e discursos do poder, mediante estruturas eficazes porquanto persuasivas.

O exercício prático-imaginativo de um itinerário que busque interrogar os modos de produção das ilusões identitárias a partir dos pontos extremos do território, portanto dos limites de possibilidade da história e da cultura, constitui ensaio, ao mesmo tempo, do mapeamento de imagens e vozes de hipotéticas contracorrentes muitas vezes dispersas, quando não inteiramente inacessíveis, mas o bastante reais para converter em instáveis e rapidamente ocas a maior parte das representações edificantes do “Brasil moderno”. Por isso mesmo, ao invés de buscar de início um centro (histórico, político, econômico, cultural, artístico, ideológico, etc.), a perspectiva a se adotar é a do inventário de signos desviantes, à margem – deslocados, enfim, das cristalizações monumentais, ruiformes ou deletérias do “corpo da pátria”. Sua possível modernidade não advém de uma figuração acelerada do “tempo futuro”, mas, antes, ao contrário, finca-se na experiência da contemplação assaz melancólica das falsas edificações, do arruinamento precoce seja de objetos naturais ou culturais, do silêncio que acompanha as áreas do completo abandono da linguagem e do vazio de um esquecimento que se auto-esqueceu. Tal trajetória, embora possa ser remetida por contraponto intertextual a algumas auto-representações da própria idéia de centro, fixa-se mais nos extremos espaço-temporais que engendram, no tempo presente, o caos, os restos e o nada dos deslocamentos dos eixos ilusório-identitários, fazendo das cenas passadas traumatismos da desmemória, fluxo de perdas que ninguém consegue deter. Ante paisagens naturais, culturais e psíquicas desoladas, esse contrafluxo disfórico, igualmente moderno mas num registro que o filia antes ao legado romântico, antecipa-se nas visões da “vingança da natureza” contra ensaios civilizadores predatórios e fugazes. E no prenúncio de

sucessivas derrocadas dos discursos fundados em edifícios retóricos “modernizadores” e de suas correspondentes práticas socioculturais de dominação -- materialmente vãs.

Assim, é na própria precariedade de “linguagens arruinadas” que atestam o naufrágio do processo identitário local, regional ou nacional que nos valem de metáforas geográficas ou topográficas para relançar a pesquisa histórico-cultural nesse lugar ambivalente e significativo dos pontos extremos, onde fronteiras são demarcadas para logo serem contestadas e refeitas, num movimento que é simétrico aos dilemas, impasses e fulgurantes fantasias que marcam as projeções de identidade de um país. Claro que, por trás da aparente segurança de uma locação pautada em fórmulas de cálculo e instrumentos de medida com alto grau de precisão, em convenções internacionais que consagraram, há um bom tempo, nas chamadas ciências da terra, as coordenadas geográficas, os pontos cardeais e os demarcadores de limites, escondem-se as irregulares dobraduras, fendas e vazios ocasionados pelos choques e deslocamentos instáveis dos três eixos ilusório-identitários acima apresentados. Mas a ida aos ou interrogação a partir dos pontos extremos pode ser-nos útil em nosso propósito de decomposição crítica.

Norte

Situando-se, pois, de início, no ponto extremo Norte, o analista pode perceber como, em se tratando da ampla, diversa e subcontinental região amazônica, houve sempre, na literatura e na historiografia brasileiras, a tentativa de incorporá-la como nossa parte mais pitoresca e selvagem, um “vazio

construído” -- após os massacres continuados das populações indígenas ao longo do período colonial e o despovoamento e involução econômica de todo aquele território --, uma porção ainda exótica e passível de ser “domesticada”. No entanto, efetivamente, até pelo menos meados do século XX, o Norte seguia uma história paralela, à margem da construção da história nacional. Exemplo maior desse isolamento talvez tenha sido a maior revolta popular e de massas no século XIX e uma das maiores da história do país: a Cabanagem. Em seu ápice, entre 1835-1840, irradiou-se, desde Belém do Grão-Pará, por boa parte dos interiores da província e dos rios da Amazônia, levando à morte cerca de 40 mil habitantes num contingente populacional que não ultrapassaria 200 mil almas. No entanto, permaneceu sendo lida, sempre, como um movimento de caráter regional, de alcance limitado, quando, na verdade, ameaçou efetivamente as bases da integridade territorial e política do Império brasileiro e teve, caso único na história das lutas sociais em nosso país, um episódio de tomada do poder provincial pelos “cabanos”, que formaram governos autônomos em Belém por quase um ano e meio, entre 1835-36.

Parece, então, que a Amazônia, durante muito tempo, servirá mais à construção do mito de uma natureza grandiosa e indômita (maior floresta equatorial e bacia hidrográfica do mundo) do que à história da diversidade e dos conflitos étnicos e de classe, terreno em que a violência das relações de fronteira e o massacre como método de domínio teriam papel preponderante. Somente muito recentemente, com fatos como o assassinio do líder dos seringueiros no Acre, Chico Mendes (1989), ou o massacre de camponeses do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), em Eldorado dos Carajás, no Pará

(1996), parece que a violência na região Norte passou a ser elemento pertinente na crítica, em nível nacional e até internacional, às estruturas agrárias e à política de repressão do Estado. Em outros exemplos recentes, como no caso de desmatamentos continuados de vastas áreas que não deixam rastro sequer nas imagens de satélites, ou mesmo como nos relatos de massacres de índios Yanomami -- que, como não poderia deixar de ser, não são propriamente brasileiros, mas deslocam-se por extensas trilhas nômades, entre vários países vizinhos da chamada “calha Norte” --, de que não restam rastros nem testemunhas oculares, firma-se a imagem da Amazônia como terra sem história, ou seja, sem escrita, lugar propício para os labirintos espaço-temporais do esquecimento e da desmemória, paisagem que parece superar, em sua realidade supernaturalista, qualquer ficção regionalista que se propusesse a narrar o diferente da “cor local”. Ao isolar como vazio de linguagem o todo amazônico, a ideologia aplainadora da integração nacional oculta não só as guerras da fronteira mais distante ou os conflitos socioculturais seculares, mas, sobretudo, os laços orgânicos antigos e determinantes entre o ponto extremo pretensamente apartado e as agências do poder central, tanto nacionais quanto internacionais.

Sul

Deslocando-se para o ponto extremo Sul, o viajante-investigador muda rapidamente de paisagem e de impressão. A floresta e os rios magníficos cederam lugar à vegetação plana da campanha e ao curso ameno dos arroios. Aqui, o peso de uma história de povos rebeldes e separatistas, radicais em suas exigências e posturas em face do Estado colonial ou nacional firmou-se como uma tradição de

oposicionismo e dissidência. Mas seria mero engodo deixar-se encantar pela retórica enfática de certo gauchismo tão populista quanto caudilhesco. Em contraste forte com o extremo setentrional, a região mais ao Sul representa-se como lugar de muita história e linguagem, mas história e linguagem desviantes no dialeto e nas demandas. Se recentemente o estado do Rio Grande do Sul foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) -- certamente uma das unidades federativas de maior importância política já dirigidas por esse partido de esquerda em todo o país --, e sua capital, Porto Alegre, exibe também um quarto mandato de prefeito sob a mesma sigla partidária -- outro sinal de continuidade que constitui fato inédito na trajetória daquele agrupamento, pelo menos em se tratando de grandes centros urbanos --, as construções históricas, de outra parte, repõem a lembrança das ruínas dos Sete Povos das Missões, reduções coloniais de índios guaranis controladas pelos jesuítas até sua expulsão do país pelo poder do Marquês de Pombal, no final do século XVIII, ou então da Guerra dos Farrapos, entre 1835-1845, que contou, entre outros elementos, com a participação dos revolucionários Giuseppe e Anita Garibaldi. Em todo caso, fixa-se a imagem de uma região à parte, fronteira entre vários e antagônicos mundos: hispânico e lusitano (durante boa parte da Colônia e início do período da Independência); branco europeu e indígena ou africano; liberal e positivista (no início da República); e neo-liberal e socialista (nos dias atuais, sob a égide política internacionalista de forte simbolismo, pelo fato de Porto Alegre ter sediado a realização dos primeiros e concorridos encontros do Fórum Social Mundial).

Como contraponto instigante a esse caráter movediço das políticas, linguagens, geografias e histórias da fronteira Sul, poderia ser muito interessante,

em nosso percurso, tomar como ponte de algumas das novelas de ficção do escritor Dyonelio Machado, ele próprio um dos maiores romancistas brasileiros do século XX, mas em geral tomado, na história literária, na melhor das hipóteses, apenas como expoente destacado do regionalismo gaúcho, mais conhecido nacionalmente só por um de seus romances – *Os ratos*, de 1935.

Essas ficções chegam a formar um complexo expressivo desconcertante acerca da perda das identidades pessoais e coletivas em torno daquele ponto extremo, e foram escritas, é significativo registrar, durante a quase inteira vigência do regime ditatorial pára-fascista da era Vargas, o chamado Estado Novo. Trata-se dos romances *O louco do Cati* (1942), *Desolação* (1944), *Passos perdidos* (1946) e *Nuanças* (1981).

Com o mapeamento assim mediado desse ponto extremo -- histórico, geográfico e literário --, sugere-se o exame detido das seguintes questões: a) quais as representações recorrentes em relação aos temas da loucura, da desolação, do desgarre sociocultural e psíquico?; b) como se desenha, na crise das identidades, o difícil trânsito entre os cenários mutantes do campo, da cidade e da própria fronteira?; c) de que modos as ruínas locais e regionais são projeções, mesmo que longínquas, das construções históricas nacional e mundial?

Leste

Em outro corte e salto, o fim do extremo Leste nos põe em confronto direto com a imensidão do Oceano Atlântico. Ao contrário de uma tradição literária marítima predominante em Portugal desde pelo menos o poema épico *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, no Brasil firmou-se, por oposição, o espaço do

sertão como o mais propício para entronizar as mitologias da nacionalidade. Numa figuração simbólica desse destino da interiorização (que chegaria, em outra vertente, até à construção de Brasília), podemos lembrar do marco presente no porto marítimo de Cabedelo, estado da Paraíba, a uma vintena de quilômetros do ponto extremo oriental não apenas do Brasil, mas das Américas, na ponta do Seixas, no cabo Branco: não se assinala ali este ponto próximo e tão enfeixado de simbolismos, mas antes o fato rodoviário de ficar lá em Cabedelo também o quilômetro zero da Transamazônica, estrada federal que os militares, nos anos 1970, quiseram construir como signo da integração nacional autoritária, e que foi literalmente tragada pela selva cerca de 4 mil quilômetros a oeste daquele impressionante ponto zero.

Mas talvez antes do mar, valeria a pena partir de um romance matricial e moderno, entre nós, sobre os rumos instáveis da nacionalidade, quase um século atrás: *Canaã* (1902), de Graça Aranha. Ali nos sertões ainda relativamente vazios do Espírito Santo (também um estado intervalar no Leste do país, espécie de lacuna geopolítica do auto-esquecimento nacional, hoje campeão de homicídios e da criminalidade organizada), essa narrativa trafega, numa mescla de utopias iluministas e românticas, em torno de questões candentes do processo civilizatório brasileiro: a) o papel da imigração estrangeira, com seus novos ideários implicados; b) o papel do estado, do direito e da cultura na definição das próprias relações sociais de produção, inclusive no tocante ao decisivo processo de apropriação dos territórios vazios; c) as linhas de contato e tensão entre essas “paisagens da solidão” e a história nacional e mundial.

Esses impasses e perplexidades, na verdade tributários de matrizes que remontam aos ideólogos e utopistas desde a Revolução Francesa, parecem tornar-se cada vez mais anacrônicos conforme o século XX avança (e a civilização urbano-industrial com seu Estado-nação peculiar, idem). Por isso, ainda no ponto extremo Leste, nossos olhares devem deslocar-se, à guisa de paralelo contrastante, para algumas narrativas -- romances, novelas e contos -- do ex-marineiro cearense e escritor Moacyr C. Lopes, que se desenrolam em torno ao ambiente portuário decadente de uma das metrópoles mais antigas do país -- Recife --, com suas histórias de navios mortos, naufrágios, fantasmas, putas de cais e amores erradios. Penso, entre outras, nas suas obras *Maria de cada porto* (1959), *Cais, saudade em pedra* (1963) e *O navio morto e outras tentações do mar* (1995). Permanece, nelas, uma inflexão que possui ainda raízes românticas de contracorrente à modernidade, mas isso só pode aumentar o interesse da leitura dessa produção literária “marítima”, tematicamente tão rara entre nós (o que, por si só, não deixa de ser paradoxal em face de nossos 9 mil quilômetros contínuos de costa litorânea), quando não para se tentar compreender as razões desse relativo eclipse de que padeceu nas cristalizações da cronologia literária nacional.

Centro-Oeste

Ao nos dirigirmos para o ponto extremo Oeste, somos surpreendidos por uma dificuldade geográfica inicial: a rigor, o extremo ocidental do território brasileiro, localizado na serra de Contamana, estado do Acre, fronteira do Peru, coincide como paisagem histórico-cultural com parte da Amazônia, que já havia sido considerada quando do mapeamento do extremo Norte. Mais produtivo seria

tomar, aqui, o Centro-Oeste como extremo, e isso por vários motivos. Entre alguns dos relatos literários mais instigantes do século XIX, encontram-se textos memorialísticos ou de narrativas de viajantes, como por exemplo os de Hercule Florence e do Visconde de Taunay. O primeiro deles descreve, em sua clássica narrativa *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas* [1875-77], formações naturais da chapada dos Guimarães (área próxima ao centro geodésico da América do Sul) como de aspecto ruiforme; paisagem assim desenhada, em paralelo simétrico com as ruínas da antiga Vila Bela, descritas por Taunay em *A cidade do ouro e das ruínas* [1891], aglomeração aurífera às margens do rio Guaporé que conheceu seu fastígio no século XVIII, para entrar em completa decadência ainda no início do século XIX. Isso para não falar dessa estranha narrativa épico-dramática militar escrita sob o impacto do anticlímax de uma fragorosa derrota do recém-formado exército brasileiro durante a guerra contra o Paraguai, nas fronteiras do Pantanal, de autoria do mesmo Taunay, ele próprio participante dos acontecimentos, e publicada inicialmente em língua francesa (*La retraite de Laguna*, 1871).

Nessa cartografia geo-simbólica, caberia indagar-se pelos sentidos histórico-culturais desse Centro-Oeste que se revela ao mesmo tempo como “ponto extremo”, vizinho das fronteiras mais remotas da nacionalidade (lembramos, por exemplo, do Forte do Príncipe da Beira, construído na segunda metade do século XVIII pelo poder pombalino como a maior fortificação militar colonial erguida pela monarquia portuguesa em seus domínios de ultramar), terra desolada na pobreza dos cerrados e de populações indígenas em perene escassez e nomadismo e como promessa de uma futura capital -- Brasília, a

“Novacap” -- erguida num campo quase vazio para ser alcunhada depois, no imaginário popular nacional, de “ilha da fantasia”.

Mas diante desse Centro que representa, a um só tempo, o máximo da construção arquitetônica a reboque de um eixo monumental, as sucessivas ruínas dos pensamentos críticos sob a égide da modernização burocrática do grande maquinário estatal e o extermínio da memória do genocídio secular das populações indígenas em episódio emblemático, ocorrido em 1997, do assassinato de um índio Pataxó por um grupo de estudantes da classe média de Brasília, que o incendiaram em um ponto de ônibus -- índio e pária para sempre confundidos --, talvez se possa localizar um contraponto fértil em duas novelas de ficção dos anos 1960 que, nesta virada de século e milênio, dentro de nossos recortes e itinerários, alcançariam repor, mediante elevadas doses poéticas de humanismo e ironia, a questão que procurei cercar nessa exposição: alguns dos modos de produção do “descobrimento do Brasil” que são, acima de tudo, modos de encobrimento.

O escritor José Geraldo Vieira, na novela *Paralelo 16: Brasília* (1966), recria na figura de um estranho personagem deslocado, Samuel Belmonte, a saga moderna do judeu errante, espécie de síntese simbólica de todas as identidades perdidas no processo civilizatório ocidental e brasileiro, podendo-se reler nesse artista sem lugar numa Brasília suspensa no espaço-tempo, a trajetória, entre tantos heróis degradados, de antecessores tão expressivos quanto o Guesa andino e latino-americano de Sousândrade, o Judas amazônico de Euclides da Cunha, o Macunaíma “sem nenhum caráter” de Mário de Andrade. Quase coevo, o romance de Antonio Callado, *Quarup* (1967), escrito sob a pressão política do

golpe militar de 1964, em que se narra, entre muitos dramas paralelos de uma geração, o desenrolar duma Expedição fictícia organizada para atingir-se o Centro Geográfico do Brasil, em pleno Centro-Oeste. Quando os personagens lá chegam, entre muitas vicissitudes, descobre-se o grande lance: o Centro é um enorme vazio, há em seu lugar apenas um formigueiro gigante, habitado por multidão de insetos vorazes.

Talvez, tomando essas duas imagens literárias aqui reunidas, uma delas em torno a culturas desgarradas de si mesmas, vagando na errância dentre cenários precocemente arruinados e personagens que desempenham antes a mímica de uma civilidade dissimulada -- tema já tão bem apanhado por Capistrano de Abreu no início do século XX -- e a outra sobre uma natureza que se vinga do afã edificante da “comunidade nacional” destruindo até mesmo seus sinais e pegadas, possamos por fim retornar ao início deste texto. Já que, premido entre os eixos de monumento, ruína ou mera desapareição, o mapa dos pontos extremos não pode fechar seu círculo. Porque, nesse percurso do *Homo Infimus* (a imagem é de um poema de Augusto dos Anjos), o trágico moderno entre nós lê-se no modo lírico-dramático da elegia, tendo por motivo o esquecimento, por cenário as fronteiras sem marco e por enredo as guerras – simbólicas ou materiais, visíveis ou ocultas, oficiais ou não declaradas.

Não se trata, nesse jogo, pois, de alinhar ou ligar os pontos em busca da figura resultante. Trata-se, bem mais, de reabrir tantos pontos quanto as chagas e traumas recolhidos de histórias que ficaram de fora da incorporação forçada, alojadas prematuramente, com sua insensatez de linguagens desprovidas de cabimento ou com o silêncio absoluto das pedras de toda desmemória, nalguma

cripta indevassável em que os espectros da nação conciliada e razoável teimam em sorrir de suas próprias mentiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRIOUX, Yves (ed.). *Littérature et théorie du chaos*. Paris, Presses Universitaires de Vincennes / Université de Paris VIII, 1994.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.
- ANDERSON, Benedict. *The spectre of comparisons: nationalism, Southeast Asia and the world*. London / New York, Verso, 1998.
- ANJOS, Augusto dos. *Obra completa: volume único*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994 (ed.: Alexei Bueno).
- AVELAR, Idelber. *The untimely present: postdictatorial Latin American fiction and the task of mourning*. Durham, Duke University Press, 1999.
- BHABHA, Homi K. *The location of culture*. London / New York, Routledge, 1994.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- GRAÇA, Antônio Paulo. *Uma poética do genocídio*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- _____ (ed.). *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo, Ed. Unesp, 1998.
- _____ . “Espectros de la nación: figuras desplazadas entre ‘saudades’ y soledades”. *Remate de Males*. Campinas, IEL/Unicamp, (22), 2002: 77-96.

- KRANIAUSKAS, John; GIRVEN, Tim (eds.). *The border issue*. London, King's College, 1994 [*Journal of Latin American Cultural Studies: Travesia*, 3 (1/2)].
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo, Ed. 34, 1994.
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília, Ed. UnB / Paralelo 15, 1996.
- _____. *Fronteiras amazônicas do Brasil: saúde e história social*. Brasília, Paralelo 15; São Paulo, Marco Zero, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MONTALDO, Graciela. *Ficciones culturales y fábulas de identidad en América Latina*. Rosario, Beatriz Viterbo, 1999.
- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo, Imaginário; Rio de Janeiro, Achiamé, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 2000.
- SCLIAR, Moacyr. *Saturno nos trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil*. São Paulo, Comp. Letras, 2003.
- SOUZA, Octavio. *Fantasia de Brasil: as identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo, Escuta, 1994.
- SUBIRATS, Eduardo. *El continente vacío: la conquista del Nuevo Mundo y la conciencia moderna*. México, Siglo Veintiuno, 1994.

- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3ª ed. São Paulo, Globo, 1999.
- THOM, Martin. *Republics, nations and tribes*. London, Verso, 1995.
- WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

Francisco Foot Hardman
Rua Augusta 1519 #81
(01305-100) São Paulo
Brasil
Telefax 55-11-288-2381
<ffooth@uol.com.br>